



A AEM, com a colaboração da SLBA - Sociedade de Advogados, publica o REGULATORY UPDATE com o objectivo de facilitar o mapeamento e acompanhamento da actividade legislativa e regulatória com maior impacto para as empresas cotadas associadas.

O REGULATORY UPDATE contém informação sobre as iniciativas legislativas e regulatórias portuguesas e europeias consideradas mais relevantes, incluindo as ligações para os documentos em causa, e abrange o mês imediatamente anterior ao da respectiva publicação.

NOVO ACORDO SIMPLIFICARÁ ACESSO A FUNDOS DE INVESTIMENTO

União dos Mercados de Capitais: foi alcançado o acordo sobre as medidas destinadas a melhorar o mercado dos fundos de investimento da UE - [DOC](#)

O Parlamento Europeu e os Estados-Membros da UE alcançaram um acordo político em relação a novas regras que permitirão que os gestores de ativos da UE possam comercializar os seus fundos junto de um leque mais alargado de investidores de forma mais fácil, mais rápida e mais barata.

Nos termos deste acordo, os investidores de toda a UE terão acesso a uma gama muito mais alargada de fundos.

Os mercados de fundos de investimento da UE representam um total de 14,3 biliões de EUR. No entanto, 70 % do total dos ativos sob gestão são detidos por fundos de investimento autorizados ou registados para distribuição apenas no mercado do seu Estado-Membro de origem. Apenas 37 % dos organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVM) e cerca de 3 % dos fundos de investimento alternativos (FIA) estão atualmente registados para distribuição em mais de 3 Estados-Membros. Esta situação deve-se em parte aos obstáculos regulamentares que impedem a comercialização transfronteiras de fundos de investimento.

O acordo alcançado deverá permitir eliminar alguns desses obstáculos para todos os tipos de fundos de investimento, tornando a distribuição transfronteiras mais transparente e, ao mesmo tempo, eliminando requisitos excessivamente complexos e onerosos e harmonizando as regras nacionais divergentes. Uma maior concorrência permitirá aos investidores dispor de uma maior escolha e de uma rentabilidade acrescida, assegurando em simultâneo um elevado nível de proteção dos investidores.

O acordo político alcançado deverá agora ser seguido de trabalhos técnicos adicionais, antes de o Parlamento Europeu e o Conselho poderem adotar formalmente os textos finais. O pacote legislativo aprovado integra o Plano de Ação para a União dos Mercados de Capitais. Uma nova diretiva alterará as diretivas em vigor no domínio dos OICVM e dos GFIA e abrangerá também algumas questões relacionadas com o acesso ao mercado interno (artigo 53.º do TFUE). As questões relacionadas com o funcionamento do mercado interno (artigo 114.º do TFUE) serão cobertas por um novo regulamento.

Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2009/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e a Diretiva 2011/61/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à distribuição transfronteiras de fundos de investimento coletivo - 12 de Março de 2018 - [DOC](#)

Diretiva (EU) 2011/61 do Parlamento Europeu e do Conselho de 8 de Junho de 2011 relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos e que altera as Directivas 2003/41/CE e 2009/65/CE e os Regulamentos (CE) n.º 1060/2009 e (UE) n.º 1095/2010 - 1 de Julho de 2011 - [DOC](#)

Diretiva 2009/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de Julho de 2009 que coordena as disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes a alguns organismos de investimento colectivo em valores mobiliários (OICVM) (reformulação) - 17 de Setembro de 2014 - [DOC](#)



LEGISLAÇÃO NACIONAL

LEIS, DECRETOS-LEI, PORTARIAS E RESOLUÇÕES

Decreto do Presidente da República n.º 13/2019, de 14 de Fevereiro

Ratifica a Convenção entre a República Portuguesa e a República de Angola para Eliminar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Fraude e a Evasão Fiscal, assinada em Luanda, em 18 de setembro de 2018 - [DOC](#)

Decreto do Presidente da República n.º 12/2019, de 14 de Fevereiro

Ratifica o Acordo entre a República Portuguesa e a República de Angola sobre Assistência Administrativa Mútua e Cooperação em Matéria Fiscal, assinado em Luanda, em 18 de setembro de 2018 - [DOC](#)

Lei n.º 19/2019, de 19 de Fevereiro

Sexta alteração à Lei da Organização do Sistema Judiciário, aprovada pela Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, e segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março, que estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais - [DOC](#)

Lei n.º 17/2019, de 14 de Fevereiro

Regime de comunicação obrigatória de informações financeiras - [DOC](#)

Lei n.º 16/2019, de 14 de Fevereiro

Quinta alteração à Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto (Lei de combate ao terrorismo), transpondo a Diretiva (UE) 2017/541, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017 - [DOC](#)

Lei n.º 15/2019, de 12 de Fevereiro

Transparência da informação relativa à concessão de créditos de valor elevado e reforço do controlo parlamentar no acesso a informação bancária e de supervisão - [DOC](#)

Lei n.º 14/2019, de 12 de Fevereiro

Altera o funcionamento e enquadramento das entidades de resolução extrajudicial de litígios de consumo, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 144/2015, de 8 de setembro - [DOC](#)

Lei n.º 9/2019, de 1 de Fevereiro

Direito a juros indemnizatórios em caso de pagamento indevido de prestações tributárias fundado em normas inconstitucionais ou ilegais, alterando a Lei Geral Tributária - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 29/2019, de 20 de Fevereiro

Estabelece a atualização da base remuneratória da Administração Pública - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de Fevereiro

Procede à regulamentação das obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes bem como das obrigações de conservação de livros, registos e respetivos documentos de suporte que recaem sobre os sujeitos passivos de IVA - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 26/2019, de 14 de Fevereiro

Determina o montante das taxas para efeitos de inscrição nas listas oficiais de mediadores e regula os termos da remuneração do mediador de recuperação de empresas - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 24/2019, de 1 de Fevereiro

Estabelece as regras aplicáveis à comunicação eletrónica entre o registo comercial nacional e os registos de outros Estados-Membros da União Europeia, transpondo a Diretiva n.º 2012/17/UE - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 19/2019, de 28 de Janeiro

Aprova o regime das sociedades de investimento e gestão imobiliária - [DOC](#)

**Decreto Regulamentar n.º 2/2019, de 5 de Fevereiro**

Estabelece as regras para a fixação da prestação a atribuir na situação de pré-reforma que corresponda à suspensão da prestação de trabalho em funções públicas - [DOC](#)

Decreto Regulamentar n.º 1/2019, de 4 de Fevereiro

Fixa o universo dos sujeitos passivos de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares abrangidos pela declaração automática de rendimentos - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2019, de 22 de Fevereiro

Cria o Portal «ePortugal», sob o domínio eportugal.gov.pt, que sucede ao Portal do Cidadão e ao Balcão do Empreendedor - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2019, de 7 de Fevereiro

Designa um dos vogais do conselho de administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários - [DOC](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 24A/2019, de 15 de Fevereiro

II Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco - [DOC](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 23/2019, de 14 de Fevereiro

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República de Angola para Eliminar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Fraude e a Evasão Fiscal, assinada em Luanda, em 18 de setembro de 2018 - [DOC](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 22/2019, de 14 de Fevereiro

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República de Angola sobre Assistência Administrativa Mútua e Cooperação em Matéria Fiscal, assinado em Luanda em 18 de setembro de 2018 - [DOC](#)

Portaria n.º 50/2019, de 8 de Fevereiro

Portaria que define o fator de sustentabilidade e idade normal de acesso à pensão de velhice - [DOC](#)

Portaria n.º 49/2019, de 8 de Fevereiro

Portaria que aprova os valores dos coeficientes de revalorização das remunerações anuais - [DOC](#)

Portaria n.º 35/2019, de 28 de Janeiro

Aprova a folha de rosto e os modelos relativos aos anexos do modelo declarativo da IES/DA - [DOC](#)

Portaria n.º 34/2019, de 28 de Janeiro

Aprova os novos modelos de impressos destinados ao cumprimento da obrigação declarativa prevista no n.º 1 do artigo 57.º do Código do IRS e respetivas instruções de preenchimento a vigorar no ano de 2019 - [DOC](#)

Portaria n.º 32/2019, de 24 de Janeiro

Aprova o modelo de impresso relativo ao Anexo R do modelo declarativo da IES - [DOC](#)

Portaria n.º 31/2019, de 24 de Janeiro

Aprova os termos a que deve obedecer o envio da Informação Empresarial Simplificada/Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal (IES/DA) - [DOC](#)

Portaria n.º 30-A/2019, de 23 de Janeiro

Aprova as instruções de preenchimento da declaração mensal de remunerações (DMR), aprovada pela Portaria n.º 40/2018, de 31 de janeiro - [DOC](#)

Despacho n.º 1741-A/2019, de 18 de Fevereiro

Homologa o Parecer n.º 6/2019 do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, de 15 de fevereiro, na parte relativa aos fundos de greve e às conclusões aí extraídas quanto à ilicitude de uma greve financiada através do recurso a mecanismos de financiamento colaborativo (crowdfunding) - [DOC](#)



Despacho n.º 997/2019, de 28 de Janeiro

Acompanhamento pela Unidade dos Grandes Contribuintes das entidades que operam no setor financeiro - [DOC](#)

Aviso n.º 2553/2019, de 14 de Fevereiro

Taxas supletivas de juros moratórios em vigor no 1.º semestre de 2019 - [DOC](#)

Parecer n.º 2/2019, de 22 de Janeiro

Parecer sobre a Conta Geral do Estado 2017 - [DOC](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - NOVAS INICIATIVAS

PROPOSTAS DE LEI

Proposta de Lei 181/XIII, 31 de Janeiro

Estabelece o regime da resolução dos conflitos de jurisdição entre os tribunais judiciais e os tribunais administrativos e fiscais, regulando a composição, a competência, o funcionamento e o processo perante o Tribunal dos Conflitos - [DOC](#)

Proposta de Lei 180/XIII, 24 de Janeiro

Alteração de diversos códigos fiscais - [DOC](#)

Proposta de Lei 178/XIII, 17 de Janeiro

Altera Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras - [DOC](#)

Proposta de Lei 177/XIII, 17 de Janeiro

Reforça o combate às práticas de elisão fiscal, transpondo a Diretiva (UE) 2016/1164 - [DOC](#)

PROJETOS DE LEI

Projeto de Lei 1102/XIII (CDS-PP), 1 de Fevereiro

Cria, em complemento à Lei n.º 9/2019, de 1 de fevereiro, um mecanismo de regularização oficiosa das declarações de IRS em decorrência de decisões judiciais que impliquem devoluções aos contribuintes de prestações tributárias indevidamente cobradas - [DOC](#)

Projeto de Lei 1096/XIII (BE), 30 de Janeiro

Procede à nacionalização dos CTT - [DOC](#)

Projeto de Lei 1080/XIII (PCP), 18 de Janeiro

Estabelece o regime de recuperação do controlo público dos CTT - [DOC](#)

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Projeto de Resolução 2010/XIII (PSD), 21 de Fevereiro

Recomenda a criação de um programa de incentivos à fixação em Portugal de empresas criadas por portugueses no estrangeiro - [DOC](#)

Projeto de Resolução 1965/XIII (CDS-PP I PSD I PS I BE), 31 de Janeiro

Constituição da II Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à gestão do banco - [DOC](#)



APRECIACÕES PARLAMENTARES

Apreciação Parlamentar 120/XIII (BE), 20 de Fevereiro

Requer a Apreciação Parlamentar do Decreto-Lei n.º 19/2019, de 28 de janeiro, que “Aprova o regime das sociedades de investimento e gestão imobiliária”. - [DOC](#)

GOVERNO DE PORTUGAL

Nova App Tribunal + permite aceder a informação sobre atendimento e estado das diligências em tempo real - [DOC](#)

eportugal.gov.pt combate a burocracia eletrónica e simplifica relações com Administração - [DOC](#)

Comunicado do Conselho de Ministros, de 21 de Fevereiro - [DOC](#)

ponto 2. Foram aprovadas medidas de contingência a aplicar na eventualidade de uma saída do Reino Unido da União Europeia sem acordo:

ii) Foram igualmente identificadas as medidas de apoio que o Governo se propõe adotar tendo em vista criar as condições para, por um lado, minimizar os potenciais impactos económicos sobre as empresas portuguesas e, por outro, aumentar a capacitação destas na adequação da sua resposta. Entre essas medidas, destaque para a criação de uma linha específica de apoio para as empresas com exposição ao Brexit, no montante global de 50 milhões de euros; a capacitação dos Espaços Empresas para apoiar empresas do Reino Unido que queiram deslocalizar a sua sede ou abrir sucursal em Portugal; e o desenvolvimento, pelo Turismo de Portugal, de uma campanha de promoção específica no Reino Unido.

Comunicado do Conselho de Ministros, de 31 de Janeiro - [DOC](#)

ponto 2. O Conselho de Ministros aprovou hoje o Programa Qualifica AP. O Programa surge com o objetivo essencial de dotar os trabalhadores da Administração Pública de qualificações e competências que potenciem o desenvolvimento dos seus percursos profissionais, possibilitando a sua integração em respostas de qualificação ajustadas às necessidades dos diferentes órgãos e serviços da AP.

ponto 4. Foi aprovada a proposta de lei que estabelece o regime de resolução dos conflitos de jurisdição entre os tribunais judiciais e os tribunais administrativos e fiscais, regulando a composição, a competência, o funcionamento e o processo perante o Tribunal dos Conflitos. No sistema agora aprovado, a composição do tribunal deixa de ser variável e torna-se fixa, reduzindo-se de seis para três os membros que o compõem. Cria-se, ainda, um mecanismo de prevenção de conflitos, através da instituição de um recurso prejudicial, em situações de dúvida sobre a competência do primeiro tribunal a quem a causa é apresentada.

Comunicado do Conselho de Ministros, de 24 de Janeiro - [DOC](#)

ponto 1. Foi aprovado o decreto-lei que altera o mapa judiciário, reforçando a especialização dos tribunais judiciais. O diploma assenta na necessidade de reavaliação da oferta judiciária, tendo por referência a evolução dos fluxos processuais. As alterações introduzidas vão no sentido de reforçar a oferta especializada, aproximar a justiça dos cidadãos e adequar os respetivos quadros de juizes de direito e magistrados do Ministério Público.

ponto 5. Foi aprovado o decreto-lei que cria o mecanismo de alerta precoce (MAP) quanto à situação económica e financeira das empresas. Esta medida está incluída no Programa Capitalizar e a sua implementação permitirá disponibilizar às empresas indicadores económico-financeiros compilados a partir da Central de Balanços do Banco de Portugal e analisados pelo IAPMEI, com base nos dados constantes da Informação Empresarial Simplificada (IES) relativos à saúde financeira de cada empresa, bem como uma breve menção expressa a eventuais mecanismos disponíveis e a remissão para o IAPMEI em caso de necessidade de apoio especializado. Esta informação constará do sítio da Internet do IAPMEI e será difundida pelo Portal das Finanças.

ponto 6. Foi aprovado o decreto-lei que determina o montante das taxas para efeitos de inscrição nas listas oficiais de mediadores e regula os termos da remuneração do mediador de recuperação de empresa. Este diploma vem operacionalizar a inscrição e remuneração pelo exercício de funções do mediador de recuperação de empresas, figura criada no âmbito do Programa Capitalizar, que visa reduzir o nível de endividamento das empresas e melhorar as condições para o investimento.



ponto 8. Foi aprovada a proposta de lei que procede à alteração de diversos códigos fiscais, introduzindo melhorias na operacionalização dos serviços da administração tributária e ajustes em várias normas relativas às obrigações declarativas dos contribuintes. Altera ainda o Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, introduzindo-se um mecanismo de justo impedimento e o Regime Jurídico da Arbitragem Tributária, que permitirá submeter à apreciação do órgão judicial de cúpula da jurisdição administrativa e fiscal a oposição de julgados entre decisões arbitrais.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

PARECERES

Parecer n.º 6/2019, de 18 de Fevereiro

Greve dos Enfermeiros - [DOC](#)

Parecer n.º 35/2018, de 18 de Fevereiro

Greve dos Enfermeiros - [DOC](#)

Parecer n.º 30/2018, de 7 de Fevereiro

Greve “self-service” — Aviso Prévio — Greve Surpresa - [DOC](#)

CMVM - COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

CONSULTAS PÚBLICAS

Consulta Pública n.º 3/2019, de 1 de Fevereiro - Projeto de Regulamento da CMVM em matéria de prevenção ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, consulta termina em 18 de Março - [DOC](#)

REGULAMENTAÇÃO

Regulamento da CMVM n.º 1/2019, de 8 de Fevereiro - Entidades Gestoras de Mercados, Sistemas e Serviços - [DOC](#)

CIRCULARES, FAQs E COMUNICADOS

Prioridades da CMVM para 2019 - [DOC](#)

CMVM **informa emitentes** sobre **novidades a ter em conta em 2019** - [DOC](#)

Circular às **sociedades gestoras** sobre fundos do mercado monetário - [DOC](#)

Gabriela Figueiredo Dias nomeada para **presidir o Comité sobre Gestão de Ativos da ESMA** - [DOC](#)

José Miguel Almeida designado **Vogal do Conselho de Administração da CMVM** - [DOC](#)

ESMA e Reguladores da UE estabelecem **Memorando de Entendimento com a FCA** caso haja um **Brexit sem acordo** - [DOC](#)

Apresentação do Membro do Conselho de Administração da CMVM, Dr. João Sousa Gião, na **Conferência da Euronext Via Bolsa 2019** - [DOC](#)



INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Indicadores trimestrais de **intermediação financeira** - 4º Trimestre de 2018 - [DOC](#)

Indicadores trimestrais de **contraordenações** - 4º Trimestre de 2018 - [DOC](#)

Indicadores trimestrais de **gestão de ativos** - 4º Trimestre de 2018 - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento imobiliário** - Janeiro - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento imobiliário** - Dezembro - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento mobiliário** - Janeiro - [DOC](#)

Indicadores mensais do **mercado de capitais** português - Janeiro - [DOC](#)

Indicadores mensais de **recepção de ordens** - Janeiro - [DOC](#)

BANCO DE PORTUGAL

REGULAMENTAÇÃO

Instrução (Histórico) n.º 5/2019 - Define os requisitos de informação a reportar periodicamente ao Banco de Portugal por entidades sujeitas à sua supervisão em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo (BC/FT) - [DOC](#)

Instrução (Histórico) n.º 4/2019 - Altera a Instrução n.º 15/2014, relativa a depósitos e levantamentos descentralizados de notas e moedas de euro - [DOC](#)

Instrução (Histórico) n.º 3/2019 - Define os procedimentos relativos ao processo de autoavaliação do capital interno (ICAAP) e estabelece os respetivos modelos de reporte de informação sobre ICAAP. Revoga a Instrução 15/2007, publicada no BO n.º 5/2007, de 15-5 - [DOC](#)

Instrução (Histórico) n.º 2/2019 - Define os procedimentos relativos ao processo de autoavaliação de adequação da liquidez interna (ILAAP) e estabelece os respetivos modelos de reporte sobre o ILAAP - [DOC](#)

Carta Circular n.º CC/2019/00000025 - Transmite que as instituições de crédito e as empresas de investimento devem observar os requisitos previstos nas Recomendações da EBA relativas à subcontratação externa a prestadores de serviços de computação em nuvem, devendo comunicar ao Banco de Portugal a contratação desses serviços referentes a atividades consideradas materiais, via Portal BPnet - [DOC](#)

Carta Circular n.º CC/2019/00000022 - Divulga, de acordo com o n.º 9 da Instrução n.º 18/2015, de 15-01-2016, os modelos de reporte dos Planos de Financiamento e de Capital, a descrição do cenário macroeconómico e financeiro e outras orientações necessárias à realização do exercício e prestação da informação por parte das instituições - [DOC](#)

Aviso n.º 1/2019 - Atualiza o enquadramento normativo do Banco de Portugal sobre os elementos de prestação de contas, definindo os elementos de prestação de contas que devem ser publicados e enviados ao Banco de Portugal, bem como os termos e periodicidade da respetiva publicação e envio - [DOC](#)

RELATÓRIOS E BOLETINS

Custos sociais dos instrumentos de pagamento de retalho em 2017 - [DOC](#)

Infografia - Custos sociais dos instrumentos de pagamento de retalho em 2017 - [DOC](#)

Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito Resultados para Portugal - [DOC](#)



Estudos da Central de Balanços - **Análise do dinamismo empresarial em Portugal** - Fevereiro - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 2/2019 - Fevereiro - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 1/2019: 2º Suplemento - Janeiro - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 1/2019: 1º Suplemento - Janeiro - [DOC](#)

Boletim Estatístico n.º 2/2019 - Fevereiro - [DOC](#)

Boletim Estatístico n.º 1/2019 - Janeiro - [DOC](#)

Revista de Estudos Económicos n.º 1, Volume V - Janeiro - [DOC](#)

Newsletter **TARGET 2 Securities n.º 9** - Fevereiro - [DOC](#)

Risco de concentração setorial **nas carteiras de empréstimos dos bancos** portugueses a empresas não financeiras - [DOC](#)

Artigos de Estabilidade Financeira - **Fronteiras e Limites da Supervisão Prudencial do BCE** no âmbito do SSM - [DOC](#)

Para que serve a **medida macroprudencial para os novos contratos de crédito** celebrados com consumidores - [DOC](#)

Working Paper - Every cloud has a silver lining: **micro-level evidence on the cleansing e effects of the portuguese financial crisis** - [DOC](#)

Working Paper - **Cross-border spillovers of monetary policy**: what changes during a financial crisis? - [DOC](#)

Working Paper - **Bank shocks and firm performance**: new evidence from the sovereign debt crisis - [DOC](#)

Working Paper - **When losses turn into loans**: the cost of undercapitalized banks - [DOC](#)

Working Paper - **CEO performance in severe crises**: the role of newcomers - [DOC](#)

Artigo - Da **política monetária não convencional à política fiscal não convencional** - [DOC](#)

Artigo - O **prémio de risco acionista** no S&P500 - [DOC](#)

INTERVENÇÕES E COMUNICADOS

III - Esclarecimento do Governador do Banco de Portugal - [DOC](#)

II - Esclarecimento do Governador do Banco de Portugal - [DOC](#)

I - Esclarecimento do Governador do Banco de Portugal - [DOC](#)

Intervenção de abertura do Governador, Carlos da Silva Costa, na Conferência **"VIA BOLSA - Financiamento Através do Mercado de Capitais"** - [DOC](#)

Intervenção do Governador, Carlos da Silva Costa, no IE Business Leadership Forum: **"What lessons from the crisis for EMU and how will life be in the future?"** - [DOC](#)

Intervenção de abertura do Governador, Carlos da Silva Costa, na 8.ª Conferência da Central de Balanços – **O dinamismo do setor empresarial** - [DOC](#)

Intervenção do Governador, Carlos da Silva Costa, na sessão de trabalho com a APCER: **"Como chegámos aqui e que lições para o futuro"** - [DOC](#)



Artigo de opinião do Governador Carlos da Silva Costa na 100.^a edição do Boletim do OMFIF: "**Why we must complete banking union: Financial stability threats would hit citizens' trust**" - [DOC](#)

Intervenção de abertura do Governador, Carlos da Silva Costa, na **Conferência "Investimento, inovação e digitalização: o caso português"** - [DOC](#)

Artigo de opinião do Governador, Carlos da Silva Costa, na Revista Exame: "**A nossa moeda comum, o euro**" - [DOC](#)

Intervenção de abertura da Vice-Governadora, Elisa Ferreira, nas **Jornadas de Reestruturação, Liquidação e Insolvência**: "Venda de carteiras de Non-Performing Loans, impacto na Economia" - [DOC](#)

1º Conferência Ibérica sobre FinTech – Apresentação de Hélder Rosalino - [DOC](#)

Artigo de opinião do Administrador Hélder Rosalino no Dinheiro Vivo: "**Os Sistemas de Pagamento em Portugal** – A caminho de uma utilização mais eficiente" - [DOC](#)

Plano de Cooperação do Banco de Portugal para 2019 - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos: Dezembro - [DOC](#)

Empréstimos concedidos pelo setor financeiro: Dezembro - [DOC](#)

Financiamento das administrações públicas: Dezembro - [DOC](#)

Financiamento das administrações públicas: Novembro - [DOC](#)

Endividamento do setor não financeiro: Dezembro - [DOC](#)

Endividamento do setor não financeiro: Novembro - [DOC](#)

Posição de investimento internacional: Dezembro - [DOC](#)

Empréstimos e depósitos bancários: Dezembro - [DOC](#)

Fundos de Investimento: Dezembro - [DOC](#)

Balança de Pagamentos: Dezembro - [DOC](#)

Emissões de títulos: Dezembro - [DOC](#)

Dívida pública: Dezembro - [DOC](#)

Análise do setor agrícola: 2017 - [DOC](#)

CNSF - CONSELHO NACIONAL DE SUPERVISORES FINANCEIROS

CONSULTAS PÚBLICAS

Publicação de documentos decorrentes da Consulta pública do CNSF sobre a transposição da **Diretiva dos Acionistas** - [DOC](#)



AT - AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Circular n.º 1/2019 - Retenção na Fonte sobre Rendimentos do Trabalho Dependente e Pensões - Tabelas de Retenção - 2019 - Continente - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 2018/001772 - Cisão de Fundos de Investimento Imobiliário - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 2018/001771 - Fusão de Fundos de Investimento Imobiliário - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 2018/003021 - IRC: Seguro de Saúde - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 2018/000940 - Redução de capital para cobertura de prejuízos, com extinção das ações existentes sobre a participada - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 30208/2019 - IVA – Tratamento dos vales (vouchers) - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 20205/2019 - IRC – Taxas de Derrama incidentes sobre o lucro tributável do período fiscal de 2018 - [DOC](#) Anexo - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 20203/2019 - Dedutibilidade fiscal do valor das depreciações relativas a viaturas ligeiras - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 15697/2019 - Reavaliações das autorizações concedidas ao abrigo do CAC - [DOC](#)

PROVEDOR DE JUSTIÇA

Recomendação n.º 1/B/2019 - Alteração à lei de conservação de dados - [DOC](#)



JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA NACIONAL

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 675/2018, de 23 de Janeiro

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do n.º 4 do artigo 17.º-G do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março, quando interpretada no sentido de o parecer do administrador judicial provisório que conclua pela situação de insolvência equivaler, por força do disposto no artigo 28.º - ainda que com as necessárias adaptações -, à apresentação à insolvência por parte do devedor, quando este discorde da sua situação de insolvência - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 5 de Fevereiro

I. Tendo a A. intentado uma acção de anulação de deliberações sociais, competia-lhe a alegação e prova dos factos constitutivos do seu direito (art.º 342.º, n.º 1, do CC), a saber, a sua qualidade de accionista e a existência de deliberação não votada por si.

II. A propriedade sobre as acções – independentemente da sua forma de representação ou da modalidade que revestem – não se transmite por mero efeito do contrato” e também que “não se dá apenas e tão só por efeito do modo”, só se efectuando por força do contrato e do modo.

III. O adquirente que não recebeu as acções (ao portador) não pode aliená-las (a aquisição de acção por si alienada seria considerada uma aquisição a non domino), nem onerá-las, nem exercer qualquer das faculdades inerentes à titularidade da acção, designadamente as de votar, receber dividendos, juros ou outros rendimentos (porque lhe falta a legitimidade para tal).

IV. Por outro lado, o contrato de sociedade em apreço impôs, no seu art.º 10º que os accionistas com direito de voto na assembleia geral são os que têm as suas acções averbadas ou depositadas numa instituição de crédito ou registadas nos termos legais até 10 dias antes da mesma, o que não está restringido pelo CSC.

V. Uma vez que a ré pôs em causa que a autora fosse titular do direito de propriedade sobre as acções, afastando a respectiva presunção de propriedade, incumbia a esta, quer no momento em que se apresentou nas assembleias, quer no momento em que instaurou a acção, ter alegado e provado, o negócio causal subjacente, através do qual, juntamente com a entrega das acções, adquiriu o direito de propriedade sobre as mesmas..

VI. E deveria a A, no cumprimento do disposto no artigo 10.º do pacto social, provado o averbamento ou depósito das acções de que se apresentava como portadora, ou tê-las registado até ao 10.º dia anterior ao designado para as Assembleias Gerais, em que pretendeu exercer o direito de voto.

VII. A alteração legislativa operada no CVM, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro, pela Lei n.º 15/2017, de 3 de Maio e o projecto de lei n.º 205/XIII, que lhe serviu de base, reforça o entendimento supra, ao estabelecer uma proibição de emissão de novos valores mobiliários ao portador e ao apresentar como justificação a criação de um sistema mais controlado e que permita ganhos “de segurança, de credibilidade, de simplificação e de integração sistemática”. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 15 de Janeiro

I. Sendo as sociedades por quotas, sociedades de pessoas, em que as relações confiança assumem de modo particularmente sensível especial repercussão, sobretudo, quando os sócios são em pequeno número e com participações sociais semelhantes, a destituição societária deve ser acautelada em termos dos visados pela intenção de destituição se munirem de informação para se poderem defender das imputações que lhes são feitas pela sociedade.

II. A actuação de boa fé, princípio geral do Direito, a salvaguarda do princípio da proibição da indefesa, vigente também no domínio societário, postula uma actuação leal, transparente e equitativa expressa na obrigação da sociedade informar os sócios, sejam ou não gerentes, estando em causa deliberações que os visam, não se compagina com o laconismo e a opacidade da ordem de trabalhos, quando de modo algum, assegura, sequer literalmente, um real e prévio direito de informação com vista à defesa.

III. A indicação dos fundamentos da exclusão de sócios visada pela sociedade são mínimos de informação habilitantes da defesa e contestação das imputações.

IV. Sendo a convocatória para a assembleia-geral da Ré totalmente omissa quanto aos “mínimos de informação” atinentes às imputações aos gerentes conducentes à cessação antecipada dos seus mandatos, não lhes permitindo, nem antes nem na assembleia, saber dos fundamentos por que era pedida a destituição dos cargos, foi cometido vício procedimental que torna a deliberação anulável.

V. A livre destituibilidade dos gerentes, nos termos do art. 257º, nº1, do Código das Sociedades Comerciais, sem sequer ser necessário ser invocada justa causa, carece de ser deliberada pelos sócios em assembleia-geral regularmente convocada para que possa ser fornecido a quem delibera, o direito de votar ou não votar, informadamente, a deliberação: não se considera que a sociedade possa tomar validamente tal medida existindo violação dos deveres de informação da assembleia-geral destitutiva irregularmente convocada. - [DOC](#)



Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 15 de Janeiro

I. O facto de uma das sociedades autoras, integrada no grupo societário da outra autora, e uma das sociedades rés, integrada igualmente no grupo societário da outra ré, não terem tido intervenção no acordo-quadro invocado pelas autoras para fundamentar os seus pedidos de condenação das rés – acordo-quadro esse do qual consta uma cláusula arbitral, não impede que tal cláusula arbitral seja extensível também a tais sociedades – por via da aceitação tácita, à luz das disposições conjugadas dos arts. 406.º, n.º 2 e 217.º, n.º 1, do CC. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 30 de Janeiro

I. O Tribunal Constitucional decidiu «declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 100.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de Março, interpretada no sentido de que a declaração de insolvência aí prevista suspende o prazo prescricional das dívidas tributárias imputáveis ao responsável subsidiário no âmbito do processo tributário, por violação do artigo 165.º, n.º 1, alínea i), da Constituição da República Portuguesa».

II. Esse juízo de inconstitucionalidade com força obrigatória geral, ainda que formulado após a prolação da sentença, impõe-se-lhe, uma vez que a declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral de uma norma produz efeitos desde a entrada em vigor da norma declarada inconstitucional (art. 282.º, n.º 1 da CRP). - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 16 de Janeiro

I. O legislador ordinário goza de ampla liberdade para definir quais os processos ou procedimentos tributários cuja pendência ou próxima instauração poderão vir a determinar a suspensão dos termos da execução fiscal instaurada para cobrança dos valores liquidados e em discussão naqueles, sem que essa escolha possa em si mesma ser violadora dos princípios constitucionais da igualdade e da tutela jurisdicional efectiva.

II. Não resulta qualquer discriminação dos cidadãos em função da ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual, únicas constitucionalmente relevantes nos termos do disposto no art.º 13.º da Constituição da República Portuguesa, pela circunstância de o pedido de revisão do acto tributário, apresentado depois de esgotado o prazo de reclamação graciosa, nos termos do disposto no art.º 169.º do Código de Processo e Procedimento Tributário, não ser passível de determinar a suspensão dos termos do processo de execução fiscal..

III. A tutela jurisdicional efectiva, art.º 20.º da Constituição da República Portuguesa - acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos - mostra-se garantida pela previsão da forma processual de revisão do acto tributário cujas decisões são contenciosamente atacáveis e não por qualquer efeito suspensivo de processos de execução fiscal. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 28 de Novembro de 2018

I. O art. 52.º, n.º 2, do CIRC (redacção em vigor em 2011) não proíbe que, num exercício em que o lucro tributável é apurado a partir da contabilidade do sujeito passivo, sejam deduzidas perdas de anos anteriores, ainda que apuradas por métodos indirectos, desde que respeitado o limite de tempo nele fixado - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 31 de Janeiro

I. A revisão oficiosa do acto de retenção na fonte pode ser solicitada pelo contribuinte, com base em erro de direito imputável aos serviços, no prazo de quatro anos a contar da data do acto tributário.

II. Da demonstração da não neutralização por via da Convenção sobre Dupla Tributação da maior tributação dos dividendos percebidos pela sociedade não residente em face das sociedades residentes, em situação comparável, impõe-se concluir pela existência de tratamento fiscal discriminatório não consentido pelo Direito da União Europeia. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 31 de Janeiro

I. Nos termos do artigo 65º, nº 5 do CIRS, a lei atribui ao Director de Finanças a competência para a prática dos actos de apuramento, fixação ou alteração do conjunto dos rendimentos líquidos do sujeito passivo, podendo tal competência ser delegada noutros funcionários sempre que o elevado número daqueles o justifique.

II. Da leitura do despacho de delegação de competências em causa, na parte em que o mesmo se refere à Chefe de Divisão, H (...), não resulta que o Director de Finanças tenha nela delegado as suas competências, no que se refere aos actos de apuramento, fixação ou alteração referidos no artigo 65º, nº5 do CIRS, seja nos processos que não resultem de procedimento de fiscalização, seja nos que dele resultem.

III. A assinatura e envio de ofícios, pelo Director de Finanças, visando a comunicação do teor do relatório final de inspecção, não se assume como um acto secundário que encerre uma tomada de posição da Administração quando confrontada com a ilegalidade de um acto seu e pretendendo manter na ordem jurídica o seu conteúdo decisório.

IV. A sanação é o acto pelo qual o órgão competente decide sanar um acto inválido anteriormente praticado, suprimindo a ilegalidade que o vicia, removendo, assim, da ordem jurídica um acto ilegal e substituindo-o por um acto válido. - [DOC](#)



Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 17 de Janeiro

I. Resulta de jurisprudência constante do Tribunal de Justiça que a interferência de uma holding na gestão das sociedades em que tomou participações constitui uma actividade económica na acepção do artigo 4.º, n.º 2, da Sexta Directiva, na medida em que implique a realização de transacções sujeitas ao IVA nos termos do artigo 2.º dessa directiva, tais como o fornecimento de serviços administrativos, financeiros, comerciais e técnicos pela holding às suas filiais. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 19 de Dezembro de 2018

I. Ao cumprimento do ónus de demonstração da insuficiência patrimonial da devedora originária não basta a mera realização de penhoras de créditos aceites pelo devedor, dado que fica a dúvida razoável, que cumpre dissipar, sobre a existência e o montante dos créditos penhorados e, em consequência, sobre a real consistência do património da devedora originária, garante da dívida exequenda.

II. Considerando o montante da dívida exequenda e o montante dos créditos penhorados não contestados, forçoso se torna concluir que a insuficiência patrimonial não se mostra comprovada nos autos. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 22 de Novembro de 2018

I. Requisito do acesso às prestações por desemprego a que se refere o artigo 22º n.º 1 do DL. nº 220/2006, de 22 de novembro é o trabalhador ter trabalhado um número mínimo de dias num determinado período de tempo anterior à situação de desemprego, que o artigo 3º do DL. nº 324/2009 veio a fixar em 365 dias de trabalho no período de 24 meses, imediatamente anterior à data do desemprego, refletidos nas declarações mensais das remunerações (o respetivo registo constante do sistema da Segurança Social).

II. O segmento «com o correspondente registo de remunerações» contido, quer no artigo 22º n.º 1 do DL. nº 220/2006, quer no artigo 3º do DL. nº 324/2009, integra também o requisito para a concessão das prestações por desemprego, em termos que os 365 dias mínimos de trabalho no período de 24 meses imediatamente anterior à situação de desemprego haverão de estar refletidos nas declarações mensais das remunerações (o respetivo registo constante do sistema da Segurança Social).

III. Isto não prejudica, no entanto, as situações em que a falta da entrega das declarações mensais das remunerações (e do pagamento das respetivas contribuições à Segurança Social), não sejam imputáveis ao trabalhador, já que em tal caso este não pode ser prejudicado no direito às prestações sociais, como é expressamente salvaguardado pelo artigo 34º n.º 3 da Lei n.º 32/2002 (Lei de Bases da Segurança Social) onde se dispõe que "...a falta de declaração do exercício de atividade profissional ou a falta do pagamento de contribuições relativas a períodos de exercício de atividade profissional dos trabalhadores por conta de outrem que lhes não seja imputável não prejudica o direito às prestações".

III. A mera circunstância formal de não constarem do registo de remunerações da Segurança Social o número mínimo de dias necessário ao preenchimento do prazo de garantia para o direito às prestações por desemprego (cfr. artigos 22º n.º 1 do DL. nº 220/2006 e 3º do DL. nº 324/2009) não é fundamento legítimo para ser negado esse direito, caso se constate que foram omitidos pela entidade empregadora dias de trabalho, que não foram por ela declarados, como era devido, por terem sido prestados.

IV. As regras da distribuição do ónus da prova devem atender às posições que correspondem às partes na relação material que se encontra subjacente na ação judicial, pelo que estando em causa o pedido referente a uma pretensão, in casu, a atribuição de prestações por desemprego, é sobre o interessado que recai o ónus de demonstrar a verificação dos pressupostos legais para o seu deferimento.

V. Mas não pode recusar-se o direito peticionado com fundamento no incumprimento do dever do ónus da prova de factos que impendiam sobre o interessado sem que lhe seja dada a oportunidade de os provar, designadamente em sede de um período de instrução a ser aberto para o efeito, nos termos do disposto no artigo 87º n.º 1 alínea c) do CPTA (versão original). -

[DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 14 de Fevereiro

I. Face à especificidade de determinado tipo de crimes, designadamente o crime de branqueamento de capitais, perante a constatação da ineficácia das medidas preventivas e repressivas autorizadas pelo C.P.P., foram criados novos instrumentos preventivos e repressivos.

II. A decisão de suspensão de movimentação de saldo de conta bancária, ao abrigo dos artigos 49º, nº1 e 2, e 48º, nº3, al.a) e b), ambos da Lei nº 83/17, de 18 de Agosto, constitui um meio de recolha de prova.

III. Para que seja tomada a supra referida medida basta que haja suspeita da prática de crime de branqueamento de capitais. -

[DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 7 de Fevereiro

I. Os contratos de intermediação financeira, traduzindo efectivos negócios jurídicos celebrados entre um intermediário financeiro e um cliente (investidor) relativos à prestação de actividades de intermediação financeira, pressupõem a existência de um negócio antecedente – designado normalmente como negócio de cobertura – que serve de base à subscrição ou



transacção de valores mobiliários (acções, obrigações, unidades de participação, entre outros), assumindo-se estas operações como negócios de execução da relação de cobertura;

II. Segundo os princípios e directivas do Código dos Valores Mobiliários, a actividade dos intermediários financeiros deve regular-se pela bússola que acautela a protecção dos legítimos interesses dos seus clientes, com observância das exigências e directivas da boa fé, de acordo com elevados padrões de lealdade e transparência;

III. O artº. 312º do Cód. dos Valores Mobiliários (redacção vigente à data dos factos) prevê o núcleo base ou essencial dos deveres informativos que oneram o intermediário financeiro, o qual se traduz no dever de prestação de toda a informação necessária para uma tomada de decisão esclarecida e fundamentada, devendo a extensão e profundidade ser tanto maiores quanto menor for o grau de conhecimento e experiência do cliente, o que implica a consagração do denominado princípio da proporcionalidade inversa;

IV. Tendo sido a Autora devidamente informada que o produto financeiro que lhe estava a ser proposto se tratava de uma Obrigação e, sendo a mesma licenciada em economia ou gestão de empresas, desempenhando, à altura, funções de Directora Financeira numa empresa, certamente que não podia desconhecer a natureza daquele produto;

V. Pelo que, a referência que lhe foi feita de que o mesmo era semelhante e tinha características similares às de um depósito a prazo, só que melhor remunerado, com capital garantido, tem que ser analisada em tal contexto, bem como a alusão à alegada segurança do produto proposto e ao facto do mesmo possuir capital garantido, pois, não se olvide que a entidade emitente das Obrigações em colocação era, na realidade, a dona do próprio Banco, daí derivando a referência que era efectuada de que se tratava de um produto com a garantia Banco, sendo crença dos próprios funcionários bancários do balcão que propôs a aquisição à Autora de que tal produto era seguro e que não oferecia qualquer risco aos seus subscritores;

VI. Não sendo susceptível de reconhecer-se, nestes factos, violação do dever de informação perante a cliente bancária Autora, isto é, que tenha sido omitido qualquer dever geral de actuação segundo as regras da boa fé, quer em termos pré-contratuais, quer mesmo em termos de responsabilidade contratual;

VII. Todavia, tal juízo já não é extensível à omissão de informação de que tais Obrigações tinham natureza subordinada, pois a referência a tal modalidade e natureza da obrigação configura-se, de forma manifesta, com carácter essencial ou primordial. Com efeito, não estamos perante uma informação de somenos importância, pois tal colide com o grau de protecção concedido ao titular da mesma, tanto mais premente in casu quando estamos perante uma obrigação menos favorável à pretensão dos obrigacionistas, na medida em que, em caso de insolvência da entidade emitente, os titulares de tais obrigações apenas serão reembolsados depois dos demais credores de dívida não subordinada;

VIII. Na adopção da teoria da causalidade adequada, incumbia à Autora, nos quadros do artº. 563º, do Cód. Civil, a prova do nexo de causalidade entre o facto e o dano, ou seja, que se tivesse sido informada, por completo, da totalidade das características do produto financeiro que lhe foi proposto, nomeadamente da natureza subordinada das Obrigações em venda, o que poderia ter sido efectuado mediante a exibição ou entrega da nota informativa e/ou da informação existente a nível interno, não teria adquirido a Obrigação, mediante a entrega da quantia monetária despendida;

IX. pois, apesar da prova da situação configurada como facto ilícito - a prestação, por omissão, de errónea informação, nomeadamente no que concerne à natureza subordinada da Obrigação -, esta circunstância poderá não ter sido causal da subscrição efectuada e consequente dano, ou seja, pode conceber-se que ainda que tal informação tivesse sido prestada de forma completa, isto é, que as obrigações propostas tinham aquela natureza, a Autora poderia, ainda assim, ter subscrito a Obrigação. - **DOC**

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 9 de Janeiro

I. O crime de manipulação de mercado previsto e punido pelo artº 379º do Cód. Valores Mobiliários, tem como elementos típicos fundamentais:

- a) Uma conduta típica, que pode consistir na divulgação de informação falsa, incompleta, exagerada ou tendenciosa, operações de natureza fictícia ou outras práticas fraudulentas;
- b) Apresentar tal conduta uma idoneidade susceptível de alterar artificialmente o regular funcionamento do mercado;
- c) E o elemento subjectivo consistente na intenção fraudulenta de manipular o mercado.

Deve existir um propósito fraudulento praticado sobre os investidores, através do controle ou actuação artificial, incidente no preço dos títulos.

II. As mais-valias de operações de instrumentos financeiros devem ser calculadas, comparando o preço de venda, com o preço médio ponderado de aquisição dos instrumentos financeiros ou, utilizando o critério FIFO [first in, first out], (critério comumente utilizado para cálculo de mais-valias em carteiras com grande rotação como por exemplo, com compras e vendas diárias), em que se considera que são alienados primeiro, os instrumentos financeiros que entraram primeiramente na carteira.

III. No caso concreto a fórmula de cálculo da mais-valia utilizada foi a seguinte: - Mais-valia bruta efectiva = Quantidade vendida x Preço de venda - Quantidade vendida x Preço médio ponderado das acções em carteira.



IV. A criminalização das situações legalmente caracterizadas como manipulação de mercado assenta, segundo os considerandos da Directiva /2003/06/CE, na necessidade de garantir a integridade dos mercados financeiros e promover a confiança dos investidores, proibindo-se as práticas que coloquem em causa essa integridade.

V. Os negócios celebrados corresponderam a transacções fictícias (wash trade), porque foram realizados sem alteração do seu beneficiário económico, ainda que entre pessoas jurídicas distintas. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 19 de Dezembro de 2018

I. Tendo a entidade empregadora emitido declaração escrita de despedimento por inadaptação, o contrato cessou por despedimento, pelo que deveriam ter sido juntos pela entidade empregadora documentos comprovativos do cumprimento das formalidades exigidas, sendo irrelevantes, quer a intenção de readmitir o trabalhador, quer a posterior invocação em sede resposta de um contrato de prestação de serviços.

II. Justifica-se, assim, a condenação da entidade empregadora nos termos previstos no art. 98º-J, nº3, a) e b) do CPT. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 7 de Dezembro de 2018

I. A inserção do trabalhador numa organização empresarial comporta limitações à liberdade e exercício de direitos fundamentais, que pode provocar conflito entre o direito fundamental do trabalhador à reserva sobre a intimidade da sua vida privada e o direito do empregador a prosseguir os objectivos que se propôs no pacto social da empresa.

II. O limite ao exercício de direito fundamental contende com a sua manifestação, com o modo de se exteriorizar através da prática do seu titular e decorre de razões ou considerações de carácter geral, válidas para quaisquer direitos, como a moral, a ordem pública e o bem-estar numa sociedade democrática.

III. A prática de actos amorosos entre uma trabalhadora e o namorado não pode ser manifestada no local e durante o horário de trabalho - bar/café de “bomba de gasolina” -, sendo um espaço privado, é de acesso público.

IV. O cliente médio, o bonus pater familias não aceita, que uma trabalhadora, que o vai atender ao balcão do café/bar, seja vista de joelhos, ao lado do namorado com mão no peito dela, ou a beijarem-se na boca ou a apalpar-lhe o rabo.

V. Tal direito privado da trabalhadora, ao perturbar a actividade da empresa na pessoa dos seus clientes, que poderão afastar-se, prejudicando o seu negócio, deve ser limitado, pelo que não pode, não deve, estar protegido pela proibição prevista no artigo 20.º, n.º 1, do CT.

VI. Ao praticar tais actos, sabendo que estava a ser filmada pelo sistema de videovigilância legalmente autorizado no local de trabalho, a autora expôs-se gratuitamente, e esse seu direito privado não deve sobrepor-se ao direito do empregador a “receber” os seus clientes, o cerne do seu negócio, sem qualquer constrangimento de índole moral e bem-estar social.

VII. Neste contexto, é de admitir a visualização, em sede de audiência de discussão e julgamento, das imagens de videovigilância recolhidas no local de trabalho, como meio de prova para o fim disciplinar específico dos autos. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 15 de Novembro de 2018

I. O dever de informação imposto aos bancos e intermediários financeiros encontra-se exaustivamente conformado, podendo considerar-se um dever de conduta secundário de prestação e não um simples dever acessório, ainda que funcionalizado à prestação principal.

II. A aquisição de instrumentos mobiliários, como obrigações ou bonds, valores mobiliários representativos de direitos de crédito, previstos no art. 1.º b) do CVM, constitui um modo de financiamento empresarial que exige cabal e claro esclarecimento ao cliente que os adquire.

III. Na responsabilidade contratual do intermediário financeiro (e do banco) perante o cliente, a ilicitude resulta da desconformidade do comportamento do intermediário com as obrigações que sobre si impendem, mormente a de informação, presumindo-se a culpa (art. 799.º CC e, no caso dos prospectos mobiliários, 135.º CVM), a qual pode ser dolosa ou negligente, distinção relevante para efeitos do prazo de prescrição (art. 324.º, n.º 2 CVM). O critério de aferição da culpa contratual, nestes casos, não é o do simples bonus pater familias (art. 487.º, n.º2, ex vi 799.º, n.º 2 CC), mas o do diligentissimus pater familias ou da culpa profissional (n.º 2 do art. 304.º CVM).

IV. O pressuposto do dano resulta do art. 152.º CVM que alude à indemnização pelo interesse contratual positivo.

V. Ainda que a formulação do art. 563.º do Código Civil pareça apontar para a teoria da causalidade adequada, não é possível individualizar um critério único e válido para aferir o nexo causal em todas as hipóteses de responsabilidade civil.

VI. Viola de forma grave os especiais padrões de diligência com que a lei o onera o gestor de conta bancária que assevera ao cliente que uma Obrigação é um produto em tudo igual a um depósito bancário, afirmando-lhe que capital e juros estariam disponíveis quando aquele o entendesse, bastando solicitar à agência com uma antecedência de três dias, o que não corresponde à realidade. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 15 de Novembro de 2018

I. Fora do âmbito de aplicação do art.º 146º, nºs 1 e 2, do Código de Processo Civil, destinado a suprir deficiências formais de atos processuais das partes, não é de admitir alterações substanciais ou de conteúdo daqueles atos por via da sua duplicação, para substituição, por iniciativa da parte, regra que não se aplica à petição inicial enquanto ato postulativo por excelência.



II. A possibilidade, prevista no art.º 46º, de as afirmações e confissões expressas de factos, feitas pelo mandatário nos articulados serem retificadas ou retiradas enquanto a parte contrária as não tiver aceite especificamente, ou ainda a possibilidade de renovação do ato nulo enquanto não expirar o prazo dentro do qual deve ser praticado, como autoriza o art.º 202º, são situações específicas que a lei do processo regula autonomamente, não devendo estabelecer-se qualquer analogia com outras situações para as quais o legislador mais não autorizou do que o suprimento de deficiências formais dos atos das partes ao abrigo do art.º 146º, do Código de Processo Civil.

III. O instituto do abuso do direito relaciona-se com situações em que a invocação ou o exercício de um direito que, na normalidade das situações seria justo, na concreta situação da relação jurídica se revela iníquo e fere o sentido de justiça.

IV. A prática de um ato válido jamais pode viabilizar a prática de um ato processual nulo ou o convencimento das partes de que poderá vir a se cometida essa ou outras nulidades com prejuízo da sua invocação ao abrigo do instituto do abuso de direito.

V. O contrato de gestão de carteiras, previsto no CVM, é um negócio jurídico de cobertura, um contrato de mandato ou, pelo menos, um contrato misto com uma componente de contrato de mandato, visto que comporta a obrigação de o intermediário financeiro praticar negócios jurídicos de execução por conta do seu cliente e o correspondente poder para agir por conta de outrem.

VI. O dever de reduzir a escrito as ordens dadas verbalmente pelo cliente à sociedade intermediária financeira é um dos deveres acessórios de quem recebe a ordem, inserindo-se entre os deveres de custódia e segurança, ligados ao princípio da confiança, essencial a todo o tráfico mercantil. Não tem que ver com a validade da ordem (formalidade ad substantiam), nem com a prova do negócio unilateral em que a ordem se traduz (formalidade ad probationem).

VII. Só uma violação de deveres de informação --- enquanto dever acessório ou lateral de conduta --- causalmente relacionada (de modo relevante) com o incumprimento culposo do contrato, pode gerar responsabilidade contratual da parte o não observou.

VIII. Se o intermediário financeiro deixou de cumprir alguns deveres gerais de informação relativamente ao seu cliente, mas essa omissão não está causalmente relacionada, de modo relevante, com a desvalorização abrupta das obrigações que adquiriu para ele no âmbito de um contrato de gestão discricionária, por ser alheia à sua conduta funcional, não há responsabilidade contratual do primeiro.

IX. O remanescente da taxa de justiça a determinar nos termos do art.º 6º, nº 7 e da Tabela I, parte final (anexa) do Regulamento das Custas Processuais, é variável entre os limites ali previstos (dispensa total ou parcial), ponderando-se a complexidade da causa e a conduta processual das partes, tendo sempre presente os princípios constitucionais do acesso ao direito e da proporcionalidade. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 10 de Janeiro

I. Tendo o ex-administrador de uma sociedade anónima declarado, em documento escrito e por si assinado, conjuntamente com outros membros do grupo empresarial, no âmbito de projecto de reestruturação financeira da mesma apresentado por entidade bancária em que tal condição foi colocada como necessária, que aceitava, a partir da data da subscrição, a cessação imediata de todos os direitos a pensões, até aí previstos nos Estatutos, já adquiridos ou que pudessem vir a adquirir (por si, cônjuge ou descendentes) e tendo-se tal projecto concluído e nele participado, designadamente celebrando outros negócios conexos em que era interessado apesar de ter deixado logo de lhe ser pago o complemento de reforma, tudo a significar a sua concordância e a fazer crer a sociedade na mesma, nem os seus herdeiros nem a viúva, podem, depois, vir exigir aqueles que se teriam vencido até ao seu decesso nem a pensão sucedânea, designadamente por tal integrar abuso de direito. - [DOC](#)

Decisão Arbitral do Centro de Arbitragem Administrativa, de 7 de Dezembro de 2018

IMT – Fundos de investimento imobiliário – Isenção de IMT – Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 1/87 - [DOC](#)

Decisão Arbitral do Centro de Arbitragem Administrativa, de 6 de Dezembro de 2018

IUC – Locação Financeira – Incidência Subjectiva – Exigibilidade do Imposto - [DOC](#)

Decisão Arbitral do Centro de Arbitragem Administrativa, de 3 de Dezembro de 2018

IVA – SGPS; Afectação directa – Despesas Gerais – Pro-rata - [DOC](#)

Decisão Arbitral do Centro de Arbitragem Administrativa, de 16 de Novembro de 2018

IRC - artigo 23.º do Código do IRC; gastos de financiamento; relações especiais; preços de transferência. Artigo 63.º do Código IRC - [DOC](#)



LEGISLAÇÃO EUROPEIA

EUROPEAN COMMISSION

DECISIONS AND REGULATION

Council Decision (EU) 2019/134 of 21 January 2019 on the position to be adopted, on behalf of the European Union, within the EEA Joint Committee, concerning the amendment of Annex IX (Financial Services) to the EEA Agreement - January 29 - [DOC](#)

Commission Decision (EU) 2019/236 of 7 February 2019 laying down internal rules concerning the provision of information to data subjects and the restriction of certain of their rights in the context of the processing of personal data by the European Commission for the purposes of internal security of the Union institutions - February 8 - [DOC](#)

Commission Implementing Decision (EU) 2019/263 of 14 February 2019 amending Implementing Regulation (EU) No 964/2014 as regards standard terms and conditions for financial instruments for the Co-Investment Facility and for the Urban Development Fund - February 15 - [DOC](#)

Commission Implementing Decision (EU) 2019/257 of 13 February 2019 amending for the 294th time Council Regulation (EC) No 881/2002 imposing certain specific restrictive measures directed against certain persons and entities associated with the ISIL (Da'esh) and Al-Qaida organisations - February 14 - [DOC](#)

Commission Regulation (EU) 2019/237 of 8 February 2019 amending Regulation (EC) No 1126/2008 adopting certain international accounting standards in accordance with Regulation (EC) No 1606/2002 of the European Parliament and of the Council as regards International Accounting Standard 28 - February 11 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2019/228 of 7 February 2019 laying down technical information for the calculation of technical provisions and basic own funds for reporting with reference dates from 31 December 2018 until 30 March 2019 in accordance with Directive 2009/138/EC of the European Parliament and of the Council on the taking-up and pursuit of the business of Insurance and Reinsurance - February 8 - [DOC](#)

Council Directive (EU) 2018/822 of 25 May 2018 amending Directive 2011/16/EU as regards mandatory automatic exchange of information in the field of taxation in relation to reportable cross-border arrangements - June 2018 - [DOC](#)

Decision (EU) of the European Systemic Risk Board of 14 November 2018 on a coordination framework for consultation by a supervisory authority with the European Systemic Risk Board on an extension of the period under Article 138(4) of Directive 2009/138/EC of the European Parliament and of the Council (Solvency II) - January 29 - [DOC](#)

Decision (EU) 2019/166 of the European Central Bank of 25 January 2019 on the Market Infrastructure Board and repealing Decision ECB/2012/6 on the establishment of the TARGET2-Securities Board - February 4 - [DOC](#)

Regulation (EU) 2019/113 of the European Central Bank of 7 December 2018 amending Regulation (EU) n° 1333/2014 concerning statistics on the money markets - January 25 - [DOC](#)

Recommendation of the European Central Bank ECB/2019/1 of 7 January 2019 on dividend distribution policies - January 11 - [DOC](#)

Opinion of the European Central Bank 2019/C 37/01 7 December 2018 on an amended proposal for a regulation of the European Parliament and of the Council amending Regulation (EU) No 1093/2010 establishing a European Supervisory Authority (European Banking Authority) and related legal acts - January 30 - [DOC](#)

Notice 2019/C 43/01 Interest rate applied by the European Central Bank to its main refinancing operations: 0,00 % on 1 February 2019 — Euro exchange rates - February 4 - [DOC](#)



OTHER DOCUMENTS

New Code of Conduct strengthening ethical rules for Members of the European Commission enters into force - [DOC](#)

Withdrawal of the United Kingdom from the EU - [DOC](#)

Commission reports on the risks of **investor citizenship and residence schemes** in the EU and outlines steps to address them - [DOC](#)

Report from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions on **Investor Citizenship and Residence Schemes** in the European Union - [DOC](#)

Commission Staff Working Document accompanying the report on **Investor Citizenship and Residence Schemes** in the European Union - [DOC](#)

Commission takes action to ensure professionals and service providers can **fully benefit from the EU Single Market for services** - [DOC](#)

European Commission adopts new list of third countries with weak **anti-money laundering and terrorist financing** regimes - [DOC](#)

Capital Markets Union: Commission welcomes political **agreement on new rules** to help consumers **save for retirement** - [DOC](#)

Capital Markets Union: deal on updated rules for **financial derivative products and clearing** - [DOC](#)

Capital Markets Union: Agreement reached on measures to **improve the EU's investment fund market** - [DOC](#)

Taxation: Commission refers Germany to the Court for its failure **to align with EU rules on VAT refunds** - [DOC](#)

Taxation: Commission refers Italy to the Court of Justice of the EU for its **preferential treatment of property registration tax** - [DOC](#)

Taxation: Commission refers the United Kingdom to the Court for its failure to comply with **VAT rules for certain commodity markets** - [DOC](#)

Industrial production down by 0.9% in euro area - [DOC](#)

Quality report on European statistics on **international trade in goods** — 2013-2016 data, 2019 edition - [DOC](#)

ESMA - EUROPEAN SECURITIES AND MARKETS AUTHORITY

MIFID II E MIFIR - MARKETS IN FINANCIAL INSTRUMENTS DIRECTIVE AND REGULATION

ESMA publishes data for the systematic internaliser calculations for **equity, equity-like instruments and bonds** - [DOC](#)

ESMA Agrees **Position Limits Under MIFID II** - [DOC](#)

ESMA updates Q&A on **EMIR data reporting** - [DOC](#)

ESMA updates Q&A on **MiFIR data reporting** - [DOC](#)

ESMA updates its Q&AS on MIFID II and MIFIR **market structure and transparency** topics - [DOC](#)

ESMA Updates **Commodity Derivatives Transitional Transparency Calculations** For MIFID II/MIFIR - [DOC](#)



ESMA issues latest **double volume cap data** - [DOC](#)

ESMA's latest **double volume cap data** publication postponed to 15 February 2019 - [DOC](#)

ESMA makes **new bond liquidity data** available - [DOC](#)

OTHER DOCUMENTS

ESMA clarifies the **reporting and handling of derivatives data in case of no-deal Brexit** - [DOC](#)

ESMA and EU **securities regulators agree no-deal Brexit** MoUs with FCA - [DOC](#)

ESMA **agrees no-deal Brexit MoUs with the Bank of England** for recognition of UK CCPs and the UK CSD - [DOC](#)

ESMA sets out use of UK data in ESMA **databases under a no-deal Brexit** - [DOC](#)

Steven Maijoor on "**BREXIT – the regulatory challenges**" at the European Financial Forum, Dublin - [DOC](#)

ESMA Q&As clarify **prospectus and transparency rules** in case of no-deal Brexit - [DOC](#)

ESMA to recognise **three UK CCPS** in the event of a no-deal Brexit - [DOC](#)

ESMA's **Supervision – 2018 Annual Report** and 2019 Work Programme - [DOC](#)

ESMA publishes its **2019 risk assessment work programme** - [DOC](#)

ESMA sets out **2019 priorities for supervisory convergence** - [DOC](#)

ESMA Publishes its Annual Report on the **Application of Accepted Market Practices** (AMPs) - [DOC](#)

EU and global securities regulators welcome **agreement on data transfer** - [DOC](#)

ESMA issues positive opinion on **short selling ban** by BaFin - [DOC](#)

ESMA issues positive opinion on **short selling ban by Bafin** - [DOC](#)

ESMA consults on liquidity stress test **guidance for investment funds** - [DOC](#)

ESMA publishes **list of thresholds below** which an EU prospectus is not required - [DOC](#)

ESMA publishes supervisory briefing on the supervision of **non-EU branches of EU firms** - [DOC](#)

ESMA publishes guidelines on supervisory reporting for **credit rating agencies** - [DOC](#)

ESMA publishes Opinion and Q&A on disclosure **technical standards under the Securitisation Regulation** - [DOC](#)

ESMA renews **binary options prohibition** for a further three months from 2 April 2019 - [DOC](#)

Notice of ESMA's Product Intervention Renewal Decision in relation to **contracts for differences** - [DOC](#)

ESMA issues statement to address upcoming **EMIR Refit implementation issues** - [DOC](#)

ESMA updates plan for **systematic internaliser regime calculations and publications** - [DOC](#)

ESMA updates the **CSDR Q&As** - [DOC](#)

ESMA updates Q&A on **Benchmark Regulation** - [DOC](#)

ESMA **Newsletter** - Nº 1 - [DOC](#)



EBA - EUROPEAN BANKING AUTHORITY

EBA opens **formal investigation into possible breach of Union law** by the Estonian and Danish competent authorities regarding **money-laundering activities** linked to Danske Bank - [DOC](#)

EBA publishes **Consumer Trends Report** for 2018-2019 - [DOC](#)

EBA publishes revised **Guidelines on outsourcing arrangements** - [DOC](#)

EBA publishes **Handbook on valuation for purposes of resolution** - [DOC](#)

EBA updates list of **correlated currencies** - [DOC](#)

ESA - EUROPEAN SUPERVISORY AUTHORITIES

ESAS publish recommendations on changes to the **PRIIPs key information document** - [DOC](#)

ESRB - EUROPEAN SYSTEMIC RISK BOARD

ESRB recommends EU-wide reciprocation of France's 5% large exposure limit for **highly indebted large non-financial corporations** - [DOC](#)

Pockets of risk in European housing markets: then and now - [DOC](#)

FCA - FINANCIAL CONDUCT AUTHORITY

Brexit – what we expect firms and other regulated persons to do now - [DOC](#)

The Importance of **Diversity** - [DOC](#)

EUROPEAN DATA PROTECTION BOARD

Opinion 4/2019 on the draft Administrative **Arrangement for the transfer of personal data between** European Economic Area ("EEA") Financial Supervisory Authorities and non-EEA Financial Supervisory Authorities - [DOC](#)



PAPERS E OUTROS DOCUMENTOS

ALLIANZ GLOBAL INVESTORS

Paying dividends - European stocks set to pay out record amounts in 2018 - [DOC](#)

BIS - BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS

Establishing **viable capital markets** - [DOC](#)

BLACKROCK

Larry Fink's **Letter to CEOs** - [DOC](#)

BOARD AGENDA

Board Leadership in **Corporate Sustainability**—European Report 2018 - [DOC](#)

CFP - CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

O **financiamento da Segurança Social**: bases de equidade e de sustentabilidade - [DOC](#)

CNPD - COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS

RGPD - Modelos de registo das **atividades de tratamento** - [DOC](#)

DELOITTE

CEO Views 2018 - Future in perspective - [DOC](#)

DHL

Global Connectedness Index 2016 - [DOC](#)

ECGI - EUROPEAN CORPORATE GOVERNANCE INSTITUTE

Why Do Auditors Fail? What Might Work? What Won't? - [DOC](#)

Shareholder Engagement and Shareholder Voting Modes: Two of a Different Kind - [DOC](#)

Corporate Capture of Blockchain Governance - [DOC](#)

Sticking around Too Long? Dynamics of the Benefits of Dual-Class Voting - [DOC](#)



EUROPEAN ISSUERS

European Issuers **position** on the Commission proposals regarding **sustainable finance** - [DOC](#)

European Commission Releases Reflection Paper “**Towards a Sustainable Europe by 2030**” - [DOC](#)

FAFT - FINANCIAL ACTION TASK FORCE

FATF Business Bulletin - [DOC](#)

FRC - FINANCIAL REPORTING COUNCIL

FRC strengthens **Stewardship Code** - [DOC](#)

Artificial intelligence and **corporate reporting** - [DOC](#)

FSB - FINANCIAL STABILITY BOARD

FSB work programme for 2019 - [DOC](#)

Global Monitoring Report on **Non-Bank Financial Intermediation** 2018 - [DOC](#)

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

As **mulheres em Portugal**, hoje - [DOC](#)

HARVARD LAW SCHOOL FORUM ON CORPORATE GOVERNANCE

Public Markets for the Long Term: **How Successful Listed Companies Thrive** - [DOC](#)

ICC - INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE

Relatório revela consequências da **imposição de tarifas aduaneiras** - [DOC](#)

IGCP - AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOURARIA E DA DÍVIDA PÚBLICA

Apresentação a Investidores - **Economics & State Funding** - [DOC](#)

IMF - INTERNATIONAL MONETARY FUND

Fiscal Policy and Development : **Human, Social, and Physical Investments for the SDGs** - [DOC](#)



IMPIC - INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO

Circular Informativa n.º 1/IMPIC/2019: **Livro de reclamações eletrónico** - [DOC](#)

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Taxa de juro fixou-se em 1,054%, capital em dívida e prestação mensal nos 52 504 euros e 244 euros, respetivamente - Janeiro - [DOC](#)

Indicador de **atividade económica estabiliza** e indicador de **clima económico diminui** - Janeiro - [DOC](#)

Preços na produção industrial abrandaram para 1,2% - Janeiro - [DOC](#)

O **Índice de Custo do Trabalho aumentou 3,0%** em 2018 - 4.º Trimestre de 2018 - [DOC](#)

Produto Interno Bruto aumentou 1,7% em volume no 4º trimestre de 2018 e 2,1% no conjunto do ano de 2018 - 4.º Trimestre de 2018 - [DOC](#)

Empresas não financeiras **aceleraram o crescimento dos principais indicadores económicos** - 2017 - [DOC](#)

IPP - INSTITUTE OF PUBLIC POLICY

O labirinto Europeu das **regras orçamentais** e o **Objetivo de Médio Prazo** - [DOC](#)

MCKINSEY

Automação e futuro do emprego em Portugal - [DOC](#)

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT

Portugal Economic Snapshot - [DOC](#)

OECD **Economic Survey of Portugal** launches Monday, 18 February 2019 - [DOC](#)

OECD to launch report on **global corporate debt and risks** - [DOC](#)

Policy Coherence for Sustainable Development 2018 - [DOC](#)

Growth and economic well-being: third quarter 2018 - [DOC](#)

Composite Leading Indicators (CLI) - [DOC](#)

Harmonised **Unemployment Rates (HURs)**, OECD - Updated - [DOC](#)

Sovereign Borrowing Outlook for OECD Countries - [DOC](#)

OECD **Anti-Corruption and Integrity Guidelines** for State-Owned Enterprises - [DOC](#)



OICV-IOSCO - INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SECURITIES COMMISSIONS

Consultation Report - **Sustainable finance in emerging markets** and the role of securities regulators - [DOC](#)

IOSCO issues **good practices** to assist audit committees in supporting audit quality - [DOC](#)

Statement on **disclosure of ESG matters by issuers** - [DOC](#)

Emerging Market regulators consult on **recommendations related to sustainable finance** - [DOC](#)

IOSCO members report having mostly **implemented secondary market principles** - [DOC](#)

EU and global securities regulators welcome **agreement on data transfer** - [DOC](#)

ORDEM DOS ADVOGADOS

Parecer nº 32/PP/2018-C: **Incompatibilidade entre o exercício da advocacia** e o exercício das **funções de gerente**, não remunerada, **de sociedade anónima** - [DOC](#)

Processo de Parecer 14/PP/2018-G: Possibilidade de os Advogados **poderem, ou não, exercer as funções de Encarregado da Proteção de Dados** - [DOC](#)

PIIE - PETERSON INSTITUTE FOR INTERNATIONAL ECONOMICS

Olivier Blanchard on the **Benefits and Costs of Public Debt** - [DOC](#)

PWC - PRICE WATER HOUSE COOPERS

16ª Edição - **IFRS Update** - [DOC](#)

PwC's 2018 Global **Economic Crime and Fraud Survey** - [DOC](#)

THE QCA - QUOTED COMPANIES ALLIANCE

Mid and Small-Cap Investor Survey 2019: MiFID II - The Search for Research - [DOC](#)

UTAO - UNIDADE TÉCNICA DE APOIO ORÇAMENTAL

Relatório n.º 2/2019 - **Evolução orçamental**: janeiro a dezembro de 2018 - [DOC](#)

Relatório n.º 1/2019 - **Apreciação da Conta Geral do Estado** de 2017 - [DOC](#)

WORLD ECONOMIC FORUM

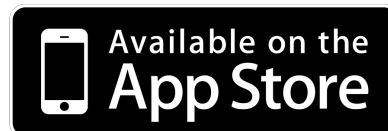
Strategies for the New Economy: **Skills as the Currency of the Labour Market** - [DOC](#)

WORLD FEDERATION OF EXCHANGES

2018 Full **Year Market Highlights** - [DOC](#)

APP AEM

MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS



TODA A INFORMAÇÃO PUBLICADA PELAS EMPRESAS ASSOCIADAS DA AEM NA SUA MÃO

READ

FOLLOW

LINK

LIKE

SHARE

DISCUSS



[website](#)



[blog](#)



[linkedin](#)



[facebook](#)



[twitter](#)



[e-mail](#)

REGULATORY UPDATE

Fevereiro 2019

AEM - Associação de Empresas Emitentes
de Valores Cotados em Mercado

Largo do Carmo, n.º 4, 1.º Direito
1200-092 Lisboa

Telefone: +351 21 820 49 70

Fax: +351 21 807 74 90

abel.ferreira@aem-portugal.com

www.emitentes.pt

SLBA - Sofia Leite Borges & Associados -
Sociedade de Advogados SP RL

Av. Sidónio Pais, 16, 2º Dto,
1050-215 Lisboa

Telefone: +351 213 170 996

Fax: +351 213 170 999

sofia.borges@slba.pt

www.slba.pt

O Regulatory Update é circulado aos Associados da AEM e a outras pessoas ou entidades que têm uma relação profissional com a AEM. O conteúdo do Regulatory Update não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização da AEM. Permanecemos ao inteiro dispor para o esclarecimento de qualquer dúvida ou questão, através dos contactos habituais ou, em geral@aem-portugal.com.